

Assessores vão falar com Banco de Tóquio

JOÃO BORGES

BRASÍLIA — Os representantes do Banco de Tóquio no Brasil vão se encontrar, na segunda-feira, com o embaixador Marcos Coimbra e com a coordenadora do plano econômico, Zélia Cardoso de Mello, para uma troca de idéias sobre os problemas que têm prejudicado as relações e os investimentos japoneses no Brasil. Poderá haver um rápido encontro com o presidente eleito, Fernando Collor, que tem demonstrado a seus assessores interesse em remover os obstáculos a investimentos japoneses no País. Collor já decidiu que o Japão será sua segunda escala na viagem oficial que iniciará no dia 24, começando pelos Estados Unidos.

De acordo com uma fonte ligada ao governo japonês, essa programação — colocando o Japão entre os primeiros países de seu roteiro — será muito positiva. "Até agora o nosso país era uma espécie de fim de linha no roteiro de viagens dos presidentes brasileiros." O encontro de segunda-feira foi acertado por telefone pelo embaixador Marcos Coimbra com representantes do Banco de Tóquio no Brasil. Deverão participar da reunião o presidente do banco no Brasil, Takanori Suzuki e o ex-presidente Toshiro Kobayashi.

Embora o Banco de Tóquio seja o maior credor japonês do Brasil, com cerca de US\$ 2 bilhões, a prioridade da reunião não será a discussão sobre a dívida com as instituições privadas. Os executivos japoneses

pretendem expor à equipe de Collor os principais problemas nas relações econômicas entre os dois países. Há o caso Usiminas, em que a Siderbrás, através de uma série de manobras, impôs uma redução da participação dos sócios japoneses. Construída com tecnologia da Kawasaki Steel, a Usiminas tinha 20% de seu capital sob controle dos sócios japoneses. Essa participação reduziu-se a 5%.

A associação da NEC com o grupo Brasilinvest e seu posterior controle pelo empresário Roberto Marinho são transações que não foram ainda inteiramente absorvidas pelo Japão. "São coisas que deram prejuízos aos sócios japoneses", explica a fonte.

A decisão do presidente eleito, Fernando Collor, de impor um limite para a remessa líquida de divisas ao Exterior não é, em princípio, um entrave às relações do Brasil com a comunidade financeira internacional. "Queremos um tipo de acordo que possa ser cumprido", disse um dirigente do Banco de Tóquio no Brasil.

Para esse dirigente, Collor não terá dificuldades em renegociar a dívida externa se conseguir controlar a inflação e criar condições para a retomada do crescimento econômico. Deixou claro, porém, que não será a simples promessa de um bom programa econômico que mudará a disposição dos bancos. "Isso vai acontecer se as mudanças forem efetivas e os resultados, duradouros", oportunidades que, segundo a fonte, o atual governo "jogou pela janela".